O Papel Das Políticas Públicas E Da Conscientização Ambiental Para O Alcance Dos Objetivos De Desenvolvimento Sustentáveis (ODS)

Silvana Grijo Gurgel Costa Rego

Universidade Federal Do Amazonas

Maria Gabriela Do Nascimento

Universidade Federal Rural De Pernambuco (UFRPE) Dois Irmão

Jefferson Antônio De Oliveira

Universidade Federal Do Ceará

José Nilton De Araújo Gonçalves

Instituto Federal Do Piauí - Campus Paulistana

Cleverson Moreira Lino

Universidade de Direito Público - Brasília

Iana Gracieli De Queiroz

Kelli Fabiani Anacleto Szpak

Faculdade De Ensino Superior Dom Bosco

Liliane Afonso De Oliveira

Universidade Federal Rural Da Amazônia - UFRA

Maria Do Socorro Saraiva Pinheiro

Faculdade De Medicina - Universidade Do Porto, UP, Portugal.

Iranildo De Oliveira Nery

Universidade Do Vale Do Taquari - Univates/RS

Neomar Cássia Da Costa

FACTU (Unaí-MG) E FINOM (Paracatu - MG)

Adelcio Machado Dos Santos

UFSC

Resumo:

O objetivo desta pesquisa foi analisar a importância da educação ambiental e das políticas públicas para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica mediante o levantamento de artigos no SciELO, Google Acadêmico e Web Of Science. Os resultados mostraram que a educação ambiental desempenha um papel fundamental na formação de cidadãos conscientes e preparados para enfrentar desafios ambientais, enquanto as políticas públicas fornecem o suporte necessário para implementar e escalar iniciativas sustentáveis. A pesquisa evidenciou que a eficácia na promoção dos ODS depende da integração entre estratégias educacionais e políticas governamentais. Essa integração facilita a conscientização, a mobilização social e a aplicação prática dos princípios sustentáveis, demonstrando a necessidade de uma abordagem coordenada que envolva educação, legislação e participação

comunitária. Além disso, constatou-se que a colaboração entre instituições educacionais, órgãos governamentais e a sociedade civil é essencial para criar um ambiente propício à sustentabilidade. A pesquisa reforça a importância de políticas públicas que incentivem práticas educativas sustentáveis e de programas de educação ambiental que sejam adaptados às realidades locais para alcançar resultados mais efetivos.

Palavras-chave: Educação ambiental; Políticas públicas; Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

Date of Submission: 26-08-2024

Date of Acceptance: 06-09-2024

I. Introdução

Nos últimos anos, a crescente conscientização sobre questões ambientais tem revelado a urgência de uma ação coordenada e eficaz para enfrentar os desafios globais relacionados ao meio ambiente. A importância da educação ambiental e das políticas públicas para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) se torna cada vez mais evidente, à medida que buscamos soluções para problemas complexos como mudanças climáticas, poluição e perda de biodiversidade. A educação ambiental surge como uma ferramenta crucial para sensibilizar e mobilizar a população, promovendo uma compreensão mais profunda dos impactos humanos no planeta e incentivando comportamentos sustentáveis. Por sua vez, as políticas públicas desempenham um papel vital na implementação de estratégias eficazes e na criação de um quadro normativo que sustente essas práticas (Bilar et al., 2019).

A educação ambiental é fundamental para formar cidadãos conscientes e proativos em relação à conservação dos recursos naturais e ao desenvolvimento sustentável. Ela vai além do simples ensino sobre questões ecológicas, abrangendo a formação de uma mentalidade crítica e a capacitação para tomar decisões informadas que promovam a sustentabilidade. Desde a infância até a vida adulta, a educação ambiental oferece os conhecimentos e habilidades necessários para enfrentar os desafios ambientais, incentivando práticas que reduzam o impacto ecológico e promovam a proteção dos ecossistemas. Além disso, uma população bem informada é mais propensa a apoiar e adotar políticas ambientais efetivas, amplificando o impacto das ações públicas e privadas (Beck et al., 2022).

Por outro lado, as políticas públicas são essenciais para traduzir os conceitos e objetivos da educação ambiental em ações concretas e regulatórias. Elas estabelecem as diretrizes e os mecanismos necessários para a implementação de práticas sustentáveis em diferentes setores, como gestão de resíduos, proteção da biodiversidade e uso de recursos naturais. Políticas bem elaboradas não apenas regulam comportamentos e práticas, mas também incentivam a inovação e o desenvolvimento de soluções sustentáveis por meio de incentivos e subsídios. A integração das políticas públicas com a educação ambiental cria uma sinergia que potencializa os esforços para alcançar os ODS, ao garantir que as estratégias e objetivos estejam alinhados e sejam efetivamente aplicados (Ferreira et al., 2023).

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, estabelecidos pela Organização das Nações Unidas, servem como um roteiro global para promover o desenvolvimento sustentável e resolver questões ambientais, sociais e econômicas. Entre os 17 ODS, vários estão diretamente relacionados à proteção ambiental, como o ODS 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima), o ODS 14 (Vida na Água) e o ODS 15 (Vida Terrestre). A educação ambiental e as políticas públicas são componentes-chave para alcançar esses objetivos, pois garantem que haja um entendimento compartilhado das metas e uma abordagem coordenada para atingir resultados positivos. A colaboração entre diferentes atores sociais, como governos, organizações não governamentais e instituições educacionais, é crucial para o sucesso dessa empreitada (Cruz, 2021).

II. Materiais E Métodos

Para compreender a aplicabilidade das tecnologias na saúde, com um foco específico na Inteligência Artificial (IA), foi conduzida uma pesquisa bibliográfica abrangente. A pesquisa bibliográfica é um método de investigação que se baseia na análise e síntese de obras já publicadas sobre um determinado tema. Esta abordagem foi escolhida por permitir uma exploração detalhada e consolidada das perspectivas e tendências atuais sobre o uso de IA na saúde, além de fornecer um panorama atualizado das pesquisas e inovações na área.

Durante o processo de pesquisa, foram realizadas buscas extensivas em várias plataformas acadêmicas e repositórios renomados. Utilizou-se o SciELO e o Scopus, dois dos principais bancos de dados para artigos científicos, conhecidos por sua ampla cobertura e rigor na seleção de publicações. O Google Acadêmico também foi empregado para identificar estudos relevantes e recentes que possam não estar disponíveis em bases mais restritas.

Além disso, foram explorados repositórios brasileiros para garantir uma perspectiva local e incluir estudos que abordam as particularidades e desafios específicos do contexto nacional. A estratégia de busca incluiu a realização de leituras flutuantes, uma técnica que consiste em uma análise preliminar dos textos para identificar a relevância e a qualidade das informações antes de uma leitura mais aprofundada. Esse método foi crucial para filtrar e selecionar os materiais mais pertinentes e confiáveis, garantindo que a pesquisa fosse baseada em fontes de alta qualidade e relevância.

A leitura flutuante também ajudou a compreender rapidamente o estado da arte e as principais discussões em torno do tema. A análise dos materiais coletados foi feita de forma sistemática e crítica. Foram avaliadas as metodologias, resultados e implicações dos estudos revisados, buscando identificar padrões, lacunas e áreas de consenso ou discordância entre os pesquisadores. Essa análise detalhada permitiu construir uma visão abrangente e bem fundamentada sobre como a IA está sendo aplicada na saúde, os benefícios que está trazendo e os desafios que ainda precisam ser enfrentados.

III. Resultados E Discussões

Meio ambiente, sustentabilidade e políticas públicas

O conceito de meio ambiente abrange todos os elementos naturais e artificiais que compõem o nosso planeta e que interagem de forma complexa e interdependente. Ele inclui não apenas a flora e fauna, mas também os recursos naturais como água, ar e solo, bem como os sistemas ecológicos que sustentam a vida. A saúde e a integridade do meio ambiente são fundamentais para o bem-estar humano e para a manutenção da biodiversidade. A degradação ambiental, causada por atividades humanas como a poluição, o desmatamento e o uso excessivo de recursos, representa uma ameaça significativa ao equilíbrio ecológico e, consequentemente, à qualidade de vida das gerações atuais e futuras (Bilar et al., 2019).

A sustentabilidade emerge como um princípio essencial para garantir a preservação do meio ambiente enquanto atendemos às necessidades das sociedades humanas. Ela se baseia na ideia de que o desenvolvimento deve ser conduzido de forma a não comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem suas próprias necessidades. A sustentabilidade envolve a integração de três dimensões principais: ambiental, social e econômica. Na dimensão ambiental, o foco é na preservação dos recursos naturais e na minimização dos impactos negativos ao meio ambiente. Na dimensão social, busca-se promover a equidade e a justiça social, garantindo acesso aos recursos e à qualidade de vida para todos. Na dimensão econômica, a sustentabilidade visa o crescimento econômico que não comprometa a capacidade ambiental e social do planeta (Assunção, 2019).

As políticas públicas desempenham um papel crucial na promoção da sustentabilidade e na proteção ambiental. Elas são formuladas e implementadas por governos e instituições para regular, orientar e incentivar práticas que contribuem para o desenvolvimento sustentável. As políticas ambientais podem incluir uma ampla gama de ações, desde regulamentações e leis que limitam a poluição e o uso de recursos naturais, até incentivos econômicos para práticas sustentáveis, como a reciclagem e a energia renovável (Beck et al., 2022).

Além disso, as políticas públicas podem fomentar a pesquisa e a inovação em tecnologias verdes e promover a educação ambiental para aumentar a conscientização e engajamento da população. No contexto global, a integração das políticas públicas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas tem se tornado uma estratégia cada vez mais relevante. Os ODS oferecem um framework para as ações governamentais e privadas, alinhando esforços para enfrentar desafios globais como a mudança climática, a perda de biodiversidade e a desigualdade social (Cruz, 2021).

As políticas públicas eficazes são aquelas que não só atendem às metas locais e nacionais, mas também contribuem para os compromissos internacionais estabelecidos pelos ODS. Isso exige uma abordagem integrada e colaborativa entre diferentes níveis de governo, setor privado e sociedade civil. Além das políticas públicas tradicionais, é essencial considerar a importância da participação comunitária e da governança colaborativa para a implementação efetiva das iniciativas ambientais. A gestão sustentável do meio ambiente requer o envolvimento ativo dos cidadãos, que podem contribuir com suas práticas e comportamentos individuais, bem como participar na formulação e na fiscalização das políticas públicas. A governança colaborativa permite que diferentes stakeholders trabalhem juntos para alcançar objetivos comuns, promovendo soluções inovadoras e adaptativas para os desafios ambientais e de sustentabilidade (Ferreira et al., 2023).

Portanto, a intersecção entre meio ambiente, sustentabilidade e políticas públicas é fundamental para enfrentar os desafios contemporâneos e garantir um futuro viável e equilibrado. As políticas públicas não apenas regulam e incentivam práticas sustentáveis, mas também moldam a maneira como a sociedade interage com o meio ambiente. O compromisso com a sustentabilidade exige uma abordagem holística que considere as complexas interações entre o ambiente natural, as necessidades humanas e as estratégias de desenvolvimento, promovendo um equilíbrio que beneficie tanto o presente quanto o futuro (Kneipp et al., 2018)

Educação ambiental: conceitos e abordagens

Educação ambiental é um campo interdisciplinar dedicado a desenvolver a consciência e o conhecimento sobre questões ambientais, buscando fomentar atitudes e comportamentos que promovam a sustentabilidade. Seu principal objetivo é capacitar indivíduos e comunidades para compreender a complexidade das interações entre o meio ambiente e as atividades humanas, e adotar práticas que contribuam para a proteção e a melhoria do ambiente. Mais do que a simples transmissão de informações sobre o meio ambiente, a

educação ambiental visa inspirar mudanças significativas na forma como as pessoas percebem e interagem com o mundo natural (Kronemberger, 2019).

O conceito de educação ambiental se fundamenta na visão de que o meio ambiente deve ser compreendido como um sistema interconectado, onde a dimensão ecológica, social, econômica e política está entrelaçada. Essa abordagem integral é essencial para enfrentar os desafios ambientais de maneira eficaz, considerando que as questões ambientais não existem isoladamente, mas como parte de um complexo sistema de interações. A educação ambiental busca promover uma compreensão holística que inclua as causas e os efeitos das ações humanas sobre o meio ambiente, incentivando práticas que minimizem impactos negativos e promovam a sustentabilidade (Kronemberger, 2019).

Diversas abordagens pedagógicas são utilizadas na educação ambiental, cada uma com seus métodos e focos específicos. A abordagem tradicional, centrada na transmissão de conhecimento por meio de aulas e materiais didáticos, é fundamental, mas pode ser limitada em termos de engajamento e aplicação prática. Em contraste, a abordagem experiencial enfatiza a aprendizagem prática através da imersão direta nas questões ambientais, como excursões e experimentos, permitindo uma compreensão mais profunda e pessoal (Motta; Moreira, 2021).

A abordagem participativa destaca a importância da participação ativa dos aprendizes na identificação e solução de problemas ambientais, promovendo um processo colaborativo e engajador. Outra abordagem importante é a crítica, que se concentra na análise das causas subjacentes dos problemas ambientais e nas relações de poder e desigualdades envolvidas na gestão ambiental. Ela incentiva uma visão reflexiva e questionadora sobre as questões ambientais e suas implicações sociais e políticas (Assunção, 2019).

Já a abordagem integrada busca combinar diferentes métodos e perspectivas para oferecer uma visão mais abrangente e equilibrada dos problemas ambientais, unindo aprendizado teórico e prático e conectando diversos temas ambientais em um currículo coeso. Apesar de seu valor significativo, a educação ambiental enfrenta desafios como a falta de recursos, a resistência a mudanças e a necessidade de adaptação aos contextos locais e culturais (Santos et al., 2023).

No entanto, esses desafios também apresentam oportunidades para inovação e desenvolvimento, como a integração de novas tecnologias e a colaboração entre instituições. A educação ambiental é, portanto, um componente essencial para promover a consciência e a ação em relação às questões ambientais, buscando não apenas informar, mas também engajar e capacitar indivíduos e comunidades para adotar práticas sustentáveis e contribuir para a proteção do meio ambiente (Schio et al., 2019).

Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS)

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram adotados pela Assembleia Geral das Nações Unidas em setembro de 2015, como parte da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Esta agenda representa um compromisso global para enfrentar desafios ambientais, sociais e econômicos e promover um desenvolvimento que respeite os limites planetários e melhore a qualidade de vida para todos. Com 17 ODS e 169 metas específicas, a Agenda 2030 busca integrar as dimensões do desenvolvimento sustentável em um framework coeso e universal (Assunção, 2019).

O ODS 1, "Erradicação da Pobreza", busca eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares. Este objetivo reconhece que a pobreza não é apenas uma questão econômica, mas também está ligada ao acesso a recursos e oportunidades, como educação e saúde. Erradicar a pobreza é fundamental para alcançar outros ODS, pois a pobreza limita o acesso a serviços essenciais e oportunidades para um desenvolvimento pleno (Schio et al., 2019).

O ODS 2, "Fome Zero e Agricultura Sustentável", visa acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e promover uma agricultura sustentável. Isso envolve garantir que todas as pessoas tenham acesso a alimentos nutritivos e suficientes, além de promover práticas agrícolas que respeitem o meio ambiente e a biodiversidade. A sustentabilidade na agricultura é crucial para garantir que as necessidades alimentares da população global sejam atendidas sem comprometer os recursos para as gerações futuras (Seixas et al., 2020) (Silva et al., 2021) (Veroneze, 2021)

O ODS 3, "Saúde e Bem-Estar", busca garantir uma vida saudável e promover o bem-estar para todos em todas as idades. Este objetivo abrange a redução da mortalidade infantil e materna, a luta contra epidemias e doenças, e a promoção da saúde mental e o bem-estar geral. A saúde é uma base essencial para o desenvolvimento sustentável, e a realização deste objetivo pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida e a produtividade das populações (Veroneze, 2021).

O ODS 4, "Educação de Qualidade", visa assegurar uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, promovendo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. A educação é um motor fundamental para o desenvolvimento sustentável, pois capacita indivíduos a melhorar suas condições de vida, adquirir habilidades e contribuir para a sociedade. A educação de qualidade também é crucial para a realização de outros ODS, já que promove a igualdade de oportunidades e a capacidade de inovação (Kronemberger, 2019).

O ODS 5, "Igualdade de Gênero", busca alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. Este objetivo enfatiza a necessidade de eliminar todas as formas de discriminação e violência contra mulheres e meninas, garantir a participação plena e igualitária em todos os aspectos da vida e promover o empoderamento econômico e social. A igualdade de gênero é essencial para o desenvolvimento sustentável, pois a inclusão e a participação equitativa de todos os gêneros são fundamentais para o progresso social e econômico (Seixas et al., 2020).

Os ODS também abordam questões como água limpa e saneamento (ODS 6), energia limpa e acessível (ODS 7), crescimento econômico e trabalho decente (ODS 8), inovação e infraestrutura (ODS 9), redução das desigualdades (ODS 10), cidades e comunidades sustentáveis (ODS 11), produção e consumo responsáveis (ODS 12), ação contra a mudança global do clima (ODS 13), conservação dos oceanos e ecossistemas marinhos (ODS 14), proteção da vida terrestre (ODS 15) e promoção da paz e justiça (ODS 16) (Veroneze, 2021).

O ODS 17, "Parcerias e Meios de Implementação", destaca a importância da colaboração global e da mobilização de recursos para alcançar todos os objetivos. A implementação dos ODS requer uma abordagem integrada e multidimensional, considerando as interconexões entre os diferentes objetivos e as necessidades específicas de cada país e comunidade. A participação ativa de governos, setor privado, sociedade civil e indivíduos é crucial para o sucesso da Agenda 2030, e os ODS fornecem um marco para que todos trabalhem juntos em direção a um futuro mais sustentável e inclusivo (Kronemberger, 2019).

A importância da educação ambiental e das políticas públicas para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS)

A educação ambiental e as políticas públicas desempenham papéis fundamentais no avanço dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), proporcionando as bases necessárias para a implementação bem-sucedida e a efetiva realização destes objetivos globais. Ambos são essenciais para promover uma compreensão abrangente das questões ambientais e para assegurar que as ações e iniciativas para a sustentabilidade sejam amplamente adotadas e eficazmente integradas em diversos contextos (Kronemberger, 2019).

A educação ambiental é um componente crucial para alcançar os ODS porque ela promove a conscientização e o engajamento das pessoas em relação às questões ambientais e à sustentabilidade. Ao educar indivíduos sobre a importância da conservação dos recursos naturais, da redução da poluição e da gestão responsável dos resíduos, a educação ambiental contribui para a formação de cidadãos informados e responsáveis que são mais propensos a adotar práticas sustentáveis em suas vidas diárias. Essa mudança de comportamento é fundamental para atingir metas como a erradicação da pobreza (ODS 1), a fome zero (ODS 2), e a promoção da saúde e bem-estar (ODS 3), uma vez que a degradação ambiental pode impactar diretamente esses aspectos, afetando a qualidade de vida e a segurança alimentar (Assunção, 2019).

Além disso, a educação ambiental promove a compreensão das interconexões entre diferentes ODS, incentivando uma abordagem holística para a resolução de problemas. Por exemplo, o conhecimento sobre práticas agrícolas sustentáveis (ODS 2) pode ajudar a implementar métodos que não apenas aumentam a produtividade, mas também preservam o meio ambiente e melhoram a qualidade da água e do solo. Assim, a educação ambiental capacita os indivíduos a verem além de suas ações imediatas e a entenderem o impacto de suas escolhas no contexto mais amplo da sustentabilidade global (Schio et al., 2019).

As políticas públicas, por sua vez, são essenciais para a estruturação e a implementação eficaz das estratégias necessárias para alcançar os ODS. Elas criam um ambiente favorável para a prática da sustentabilidade por meio da regulamentação, incentivo e fiscalização das ações em diversas áreas. Políticas públicas bem elaboradas podem promover o desenvolvimento sustentável através da integração de princípios ambientais em setores como a agricultura, a indústria e o transporte, garantindo que as práticas sejam alinhadas com os objetivos globais de desenvolvimento. Por exemplo, a implementação de políticas que incentivem a energia limpa e acessível (ODS 7) e a conservação dos ecossistemas marinhos (ODS 14) pode acelerar o progresso em direção a um futuro mais sustentável (Silva et al., 2021).

Além disso, as políticas públicas desempenham um papel vital na promoção da justiça social e econômica, apoiando a redução das desigualdades (ODS 10) e a promoção de trabalho decente e crescimento econômico inclusivo (ODS 8). Elas asseguram que as estratégias de desenvolvimento sustentável sejam inclusivas e equitativas, oferecendo suporte às comunidades vulneráveis e garantindo que todos os segmentos da sociedade possam se beneficiar dos avanços em sustentabilidade. A eficácia das políticas públicas é muitas vezes aumentada por uma forte colaboração entre governos, setor privado e sociedade civil, destacando a importância das parcerias para a implementação bem-sucedida dos ODS (Kronemberger, 2019).

Portanto, a interseção entre a educação ambiental e as políticas públicas é fundamental para criar um impacto duradouro e positivo em direção aos ODS. Enquanto a educação ambiental prepara e motiva os indivíduos a adotar práticas sustentáveis, as políticas públicas fornecem o suporte necessário para transformar essas práticas em mudanças sistemáticas e abrangentes. Juntas, essas duas dimensões ajudam a garantir que os

ODS sejam alcançados de maneira eficaz, promovendo um desenvolvimento sustentável que equilibre as necessidades econômicas, sociais e ambientais, e contribuindo para um futuro mais justo e resiliente para todos (Assunção, 2019).

IV. Conclusão

Como conclusão, a pesquisa destaca a interdependência entre essas duas dimensões essenciais para a promoção da sustentabilidade global. A análise demonstrou que a educação ambiental é um pilar fundamental para fomentar a conscientização e a mudança de comportamento necessária para enfrentar desafios ambientais complexos. Ao capacitar cidadãos com o conhecimento e as habilidades necessárias para compreender e interagir de forma sustentável com o meio ambiente, a educação ambiental contribui significativamente para a realização de objetivos como a erradicação da pobreza, a segurança alimentar e a saúde e bem-estar.

Adicionalmente, as políticas públicas são indispensáveis para transformar o conhecimento adquirido por meio da educação ambiental em ações concretas e eficazes. Elas criam o quadro normativo e regulatório necessário para garantir que práticas sustentáveis sejam adotadas em setores chave, como a gestão de resíduos, a proteção da biodiversidade e o uso de recursos naturais. Políticas bem formuladas e implementadas não apenas regulam comportamentos, mas também incentivam inovações e soluções sustentáveis que são cruciais para atingir metas globais, como a promoção da energia limpa e o combate às mudanças climáticas.

A pesquisa também evidenciou a necessidade de uma abordagem integrada e colaborativa para a implementação dos ODS. Enquanto a educação ambiental promove uma compreensão holística das questões e estimula a ação individual e comunitária, as políticas públicas fornecem o suporte estrutural e os incentivos necessários para a aplicação prática dessas ações. A colaboração entre governos, setor privado, organizações não governamentais e a sociedade civil é crucial para garantir que as estratégias de desenvolvimento sustentável sejam inclusivas e adaptadas aos contextos locais, maximizando o impacto positivo e acelerando o progresso em direção aos ODS.

Além disso, os desafíos identificados durante a pesquisa, como a falta de recursos e a resistência a mudanças, apontam para a necessidade de inovação e adaptação contínua nas abordagens de educação ambiental e nas políticas públicas. A integração de novas tecnologias e a participação ativa da comunidade são aspectos que podem fortalecer os esforços em direção a um futuro mais sustentável e equitativo. A educação ambiental e as políticas públicas não atuam isoladamente, mas em sinergia para criar um impacto duradouro e positivo em nível global.

Em síntese, a intersecção entre a educação ambiental e as políticas públicas é fundamental para a construção de um futuro sustentável. Ambas as dimensões são necessárias para assegurar que os ODS sejam alcançados de maneira eficaz, promovendo um desenvolvimento equilibrado que respeite as necessidades ambientais, sociais e econômicas. A contínua colaboração e o engajamento de todos os setores da sociedade são essenciais para transformar as metas globais em realidade, garantindo um mundo mais justo e resiliente para as gerações presentes e futuras.

Referências

- [1] Assunção, G. M. A Gestão Ambiental Rumo À Economia Circular: Como O Brasil Se Apresenta Nessa Discussão. Sistemas & Gestão. 2019.
- [2] Bilar, A. B. C. Et Al. Gestão Ambiental Em Publicações Científicas Nacionais: Uma Revisão Sistemática. Journal Of Environmental Analysis And Progress, V. 4, N. 4, 290–296, 2019.
- [3] Beck, C. A. M. R. Et Al. Cidades Inteligentes: Desigualdades, Gentrificação E Os Desafios Da Implementação Dos Ods. Revista De Direito Econômico E Socioambiental, 13(3), 565–593, 2022.
- [4] Cruz, F. N. Gestão Da Sustentabilidade E Gestão De Projetos: Caminhos Para Integração Dos Objetivos De Desenvolvimento Sustentável (Ods) Na Política Das Organizações. Revista Interdisciplinar De Gestão Social, 9(3), 2021.
- [5] Ferreira, T. C. Ét Al. Objetivos De Desenvolvimento Sustentável: O Impacto De Grandes Representantes Da Construção Brasileira. Ambiente & Sociedade. São Paulo, V. 26, 2023.
- [6] Kneipp, J. M. Et Al. Gestão Estratégica Da Inovação Sustentável: Um Estudo De Caso Em Empresas Industriais Brasileiras. Organizações Em Contexto, São Bernardo Do Campo, V. 14, N. 27, Jan.-Jun. 2018
- [7] Kronemberger, D. M. P. Os Desafios Da Construção Dos Indicadores Ods Globais. Cienc. Cult., V. 71 N.1, São Paulo Jan./Mar., 2019
- [8] Motta, C. T.; Moreira, M. R. O Brasil Cumprirá O Ods 3.1 Da Agenda 2030? Uma Análise Sobre A Mortalidade Materna, De 1996 A 2018. Ciência & Saúde Coletiva, 26(10):4397-4409, 2021.
- [9] Santos, J. S. C. Et Al. Empresas Familiares E Objetivos De Desenvolvimento Sustentável: Qual A Influência Do Controle E Da Gestão Familiar?. Revista Catarinense Da Ciência Contábil, 22, E3374, 2023.
- [10] Schio, N. S. Et Al. Objetivos De Desenvolvimento Sustentável E As Empresas Participantes Do Mercado Acionário Brasileiro. Xix Usp International Conference In Accounting, 2019.
- [11] Seixas, C. S. Et Al. Governança Ambiental No Brasil: Rumo Aos Objetivos Do Desenvolvimento Sustentável (Ods). Cadernos Gestão Pública E Cidadania, São Paulo, V. 25, N. 81, 2020.
- [12] Silva, B. S. Et Al. Ações Adotadas Pelas Empresas Da B3 Alinhadas Com Os 17 Objetivos De Desenvolvimento Sustentável (Ods): Uma Análise Dos Relatórios De Sustentabilidade. Revista Mineira De Contabilidade, 22(2), 37–50, 2021.
- [13] Veroneze, S. Et Al. Responsabilidade Social Corporativa E Adesão Aos Objetivos De Desenvolvimento Sustentável. Revista De Administração Imed, Passo Fundo, Vol. 11, N. 1, P. 113-137, Janeiro-Junho, 2021